

1 DATA: 31 de julho de 2008. LOCAL: Auditório do Edifício sede do IBAMA, localizado
2 no SCEN, lote 2, bloco G, Brasília-DF. HORÁRIO: de 9 às 17 horas.
3 PARTICIPANTES: Conselheiros - Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maria Cecília
4 Wey de Brito (Titular), Maria Celeste Emerick (Suplente) e Cristina Maria do Amaral
5 Azevedo (2º Suplente); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), José Paulo
6 Rodrigues de Carvalho (2º Suplente); Ministério da Saúde (MS), Janaína Juliana
7 Maria Carneiro Silva (Suplente); Ministério da Agricultura, Pecuária e
8 Desenvolvimento (MAPA), Roberto Lorena de Barros Santos (2º Suplente);
9 Ministério da Defesa (MD), Patrícia Siqueira de Medeiros (2º Suplente); Ministério
10 Relações Exteriores (MRE), Ministro Fernando Estellita de Salvo Coimbra (Titular) e
11 Gustavo de Brito Freire Pacheco (Suplente); Ministério do Desenvolvimento Indústria
12 e Comércio Exterior (MDIC), José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho (2º Suplente);
13 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),
14 Cláudia Maria Correia de Mello (Titular) e Bruno Barbosa (2º Suplente); Instituto de
15 Pesquisas Jardim Botânico (JBRJ), Sérgio Ricardo Cardoso (Titular); Instituto
16 Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Nadja Lepsch Cunha (2º Suplente);
17 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maria José Amstalden
18 Moraes Sampaio (2º Suplente); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Elisa Cupolillo
19 (Titular) e Sílvio Valle Moreira (Suplente); Instituto Evandro Chagas (IEC), Manoel do
20 Carmo Pereira Soares (Titular); Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI),
21 Giselle Guimarães Gomes (Titular); e Fundação Cultural Palmares (FCP), Maurício
22 Jorge Souza dos Reis (Suplente). Convidados Permanentes - Federação Brasileira
23 das Empresas de Biotecnologia (Febrafarma), Lauro D. Moretto (Titular). Membros
24 da Secretaria Executiva do CGEN (DPG/MMA): Sonja Mayra Righetti, João
25 Francisco Barros, Fernanda Silva, Carla Lemos, Diogo Brito, Alessandra Silva,
26 Camila Oliveira e Daniela Goulart. Ouvintes: Guilherme Moura, estudante da UnB;
27 Maria Cordélia S. Machado, MCT; Adriana Bernardocki, Croda do Brasil Ltda.;
28 Marcelo Lacerda, PATRI; Otávio Maia, ICMBio; Viviane Gurgel, Andréa Derani e
29 Luciana Martins, empresa Natura; Levi A. Nunes, Febrafarma; Fernando Abdala,
30 escritório de advocacia Amarante Minaré; João Luís F. Ferreira, CONAMA/MMA;
31 Aida Feitosa, ASCOM/MMA; Muriel Saragoussi, DEX/MMA. CONVOCAÇÃO: Ofício
32 Circular nº 07/2008/CGEN/MMA de 17 de julho de 2008 (Conselheiros) e Ofício
33 Circular nº 08/2008/CGEN/MMA de 17 de julho de 2008 (Convidados Permanentes).

34PAUTA: **I – Abertura da Reunião; II - Instalação dos Trabalhos;** (1) Leitura e
35Aprovação da Pauta da 60ª Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 59ª Reunião
36Ordinária; (3) Relato sobre a Nona Conferência das Partes da Convenção sobre
37Diversidade Biológica, Relator: Ministério das Relações Exteriores – MRE; **III –**
38**Informe;** (4) Apresentação e Deliberação de Solicitação de Autorização de Acesso
39ao Conhecimento Tradicional Associado para Pesquisa Científica; (4.1) Requerente:
40Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS – Processo nº
4102000.001484/2008-03, Relator: Fundação Cultural Palmares – FCP; **IV – Ordem**
42**do Dia;** (5) Apresentação e Deliberação de Solicitação de Autorização de Acesso ao
43Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado para Bioprospecção;
44(5.1) Requerente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM – Processo nº
4502000.004048/2006-16, Relator: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
46Embrapa; (6) Apresentação e Deliberação de Solicitação de Autorização de Acesso
47ao Patrimônio Genético para Bioprospecção; (6.1) Requerente: Universidade
48Federal Fluminense - UFF - Processo nº 02000.002996/2007-06, Relator: Instituto
49Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis – Ibama; (6.2)
50Requerente: Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia –
51IPEPATRO – Processo nº 02000.002759/2007-37, Relator: Ministério da Saúde –
52MS; (7) Relato sobre o Seminário Nacional das Cadeias Produtivas da
53Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados
54Sustentáveis, Relator: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural (SEDR)
55do Ministério do Meio Ambiente – MMA; **V – Assuntos de Ordem Geral;** (8)
56Informes gerais da Secretaria Executiva do CGEN; (8.1) Consulta Pública sobre o
57Anteprojeto de Lei de Acesso e Repartição de Benefícios; (8.2) Proposta de Decreto
58de Regularização; (9) Palavra aberta aos Conselheiros; (10) Encerramento. A
59Presidente da 60ª Reunião Ordinária do CGEN, Srª. Maria Cecília Wey de Brito
60(MMA), iniciou os trabalhos, dando boas vindas a todos os presentes. Informou que
61gostaria de participar mais ativamente das reuniões do Conselho, mas devido a uma
62agenda atribulada, não consegue. Explicou por que não poderá permanecer na 60ª
63Reunião Ordinária do Conselho e passou a palavra para sua substituta, Srª. Maria
64Celeste Emerick (MMA), que deu as boas vindas aos Conselheiros Bruno Barbosa
65(Ibama) e Elisa Cupolillo (FIOCRUZ) que participam da Reunião do CGEN pela
66primeira vez. Na seqüência, anunciou os ouvintes presentes até aquele momento e

67passou para a discussão do primeiro ponto da pauta, item (1) Leitura e Aprovação
68da Pauta da 60ª Reunião Ordinária. O Conselheiro Bruno Barbosa (Ibama) solicitou
69a antecipação do item 6.1 para o primeiro item da reunião, de modo que, em
70seguida à sua relatoria, pudesse se ausentar para participar de outro compromisso.
71A Srª Camila Oliveira (DPG/MMA) solicitou a palavra para informar que a 49ª
72Reunião da Câmara Temática de Procedimentos Administrativos (CTPRO) ocorreu
73no dia anterior à presente reunião e que o grupo solicitou que a minuta de
74Resolução que altera a Resolução nº. 18, resultante dessa reunião, fosse incluída na
75pauta da 60ª Reunião do CGEN, após o item 6.2. Votaram favoravelmente à
76aprovação da pauta com as alterações propostas: Maria José Sampaio (Embrapa),
77Maurício Reis (FCP), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva
78(MS), Maria Celeste Emerick (MMA), Bruno Barbosa (Ibama), Fernando Coimbra
79(MRE), Elisa Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT), Nadja
80Cunha (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e José Carlos (MDIC). Não houve nenhuma
81abstenção ou voto contrário. A nova pauta, foi aprovada com quatorze votos
82favoráveis. Em continuidade à reunião, a Presidente do Conselho, Srª Maria Celeste
83Emerick (MMA), passou ao item (2) Aprovação da Ata da 59ª Reunião Ordinária,
84abrindo a palavra aos Conselheiros para comentários e correções. Após
85apresentadas as correções necessárias, a Presidente colocou a ata em votação.
86Votaram favoravelmente à aprovação da ata da 59ª Reunião Ordinária do CGEN os
87seguintes Conselheiros: Maria José Sampaio (Embrapa), Maurício Reis (FCP),
88Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste
89Emerick (MMA), Bruno Barbosa (Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Elisa Cupolillo
90(FIOCRUZ), José Paulo (MCT), Nadja Cunha (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e
91José Carlos (MDIC). O Conselheiro Sérgio Cardoso (JBRJ) absteve-se e não houve
92voto contrário. A ata foi aprovada com treze votos favoráveis. A Presidente passou
93para o próximo item da pauta, item 3 (antigo 6) Apresentação e Deliberação de
94Solicitações de Autorização de Acesso ao Patrimônio Genético para Bioprospecção:
953.1 (antigo 6.1) Requerente: Universidade Federal Fluminense – UFF, Processo nº
9602000.002996/2007-06, Relator: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
97Recursos Naturais Renováveis – Ibama. O Conselheiro Bruno Barbosa (IBAMA) leu
98o seu relato e ressaltou que o requerente não optou pelo tratamento sigiloso das
99informações atinentes ao processo, reconhecendo que, por este fato, as

100 informações podem ser disponibilizadas para acesso público. O Conselheiro
101 esclareceu que a pesquisa pretendida, se autorizada pelo CGEN, será
102 evidentemente objeto de cobiça por um universo desconhecido de interessados e
103 será campo fértil para possíveis ações ilegais de bioprospecção, estas voltadas
104 claramente para a aquisição de direitos de propriedade intelectual. Manifestou-se
105 favoravelmente à aprovação do projeto e salientou, como medida de precaução, que
106 o interessado seja orientado quanto à solicitação de sigilo sobre os resultados da
107 pesquisa e que as instituições participantes estabeleçam tratativas quanto a futuros
108 direitos de propriedade intelectual. Algumas considerações foram feitas pelos outros
109 Conselheiros e a Sr^a. Maria Celeste Emerick (MMA) informou que a votação seria
110 realizada em dois tempos e que primeiro deveria ser votada a postergação do
111 Contrato de Utilização do Patrimônio Genético (CURB), no qual o MMA estaria
112 impedido de votar, uma vez que a União, representada pelo Presidente do CGEN, é
113 parte interessada. Votaram favoravelmente: Maria José Sampaio (Embrapa),
114 Roberto Lorena (MAPA), Maurício Reis (FCP), Manoel Soares (IEC), Patrícia
115 Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Bruno Barbosa (Ibama), Fernando Coimbra
116 (MRE), Elisa Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT), Nadja
117 Cunha (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e José Carlos (MDIC). Não houve voto
118 contrário ou abstenção. A postergação do CURB foi aprovada com 14 votos
119 favoráveis. Em seguida, passou-se à votação da solicitação de autorização de
120 acesso ao patrimônio genético para bioprospecção. Votaram favoravelmente à
121 autorização: Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Maurício
122 Reis (FCP), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria
123 Celeste Emerick (MMA), Bruno Barbosa (Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Elisa
124 Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT), Nadja Cunha
125 (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e José Carlos (MDIC). Não houve voto contrário ou
126 abstenção. A solicitação foi aprovada com 15 votos favoráveis. Em seguida, passou-
127 se para o item 4 (antigo 3) Relato sobre a Nona Conferência das Partes da
128 Convenção sobre Diversidade Biológica. O Ministro Fernando Coimbra (MRE)
129 apresentou um relato da reunião da 9ª Conferência das Partes no âmbito da
130 Convenção sobre Diversidade Biológica, ocorrida em Bonn, Alemanha, no período
131 de 19 a 31 de maio de 2008. Informou que, na avaliação geral do MRE, o resultado
132 da negociação do Regime Internacional foi favorável, porque a decisão que saiu da

133 reunião definiu, entre outros pontos, o mapa da negociação até a próxima COP, que
134 será ser realizada em Nagoya, no Japão, em outubro de 2010. Ressaltou que isso
135 significou um compromisso claro de todas as Partes no sentido de se engajarem
136 num processo intenso de negociação, que tem como próximas etapas três reuniões
137 do Grupo de Trabalho de Acesso e Repartição de Benefícios. O Ministro informou
138 que esse grupo deverá se reunir no terceiro trimestre de 2009 e primeiro trimestre de
139 2010. Ainda, continuou, serão constituídos três grupos de peritos que vão se
140 debruçar sobre três grandes assuntos (medidas de cumprimento, definições e
141 conhecimento tradicional associado a recursos genéticos) que terão impacto direto
142 na negociação. Informou que, durante as reuniões de negociações, haverá
143 especialistas que se dirigirão ao grupo de trabalho para detalhar alguns aspectos da
144 negociação. Salientou que toda essa mobilização acordada com a comunidade
145 internacional é, na avaliação do MRE, muito favorável, além de assinalar uma
146 disposição da comunidade internacional em cumprir o objetivo acordado na
147 conferência de Curitiba: alcançar até 2010 um Regime Internacional de Acesso e
148 Repartição de Benefícios. O Ministro Fernando Coimbra (MRE) apontou outros
149 fatores positivos da negociação: definição da base da negociação; a solução de uma
150 grande ambigüidade que cercava a definição do produto da negociação (a escolha
151 de um instrumento ou instrumentos para efetivamente implementar os dispositivos
152 do art. 15 e do art. 8(j) da Convenção), dirimindo a divergência que existia entre os
153 países (regime internacional vinculante ou não) ; e definição de que o Regime terá
154 dispositivos vinculantes (isso foi alcançado através de uma negociação que
155 envolveu uma reunião bilateral entre o Canadá e os países megadiversos).
156 Especificamente sobre a base da negociação, o Ministro informou que o objetivo da
157 delegação brasileira e dos países megabiodiversos foi ressaltar que não era
158 suficiente chegar a um acordo sobre o mapa do caminho, mas que era preciso ter
159 mais clareza sobre a base, para que todos os países preparassem as suas posições
160 e para que os diferentes setores da sociedade soubessem mais claramente o que se
161 quer e quais são as bases conceituais da negociação. Explicou que o texto que saiu
162 da 6ª reunião do Grupo de Trabalho de ABS, que está em grande parte refletido na
163 decisão da COP 9, define os principais componentes do regime. Explicou, ainda,
164 que apesar de haver uma sugestão de componentes para a parte de cumprimento,
165 que para o Brasil e os países em desenvolvimento é o cerne do regime, não houve

166um acordo sobre quais seriam esses componentes. Salientou que o Brasil procurou
167trazer essa discussão, mas a questão não avançou. Ainda com relação aos
168componentes do Regime, o Ministro Fernando Coimbra (MRE) informou que houve
169dois pontos de consenso que tornaram mais claras as bases da negociação: a parte
170de acesso e repartição de benefícios que cita que “o regime deverá prever
171mecanismos para encorajar repartição de benefícios voltada para conservação e o
172uso sustentável da biodiversidade, para o desenvolvimento socioeconômico, em
173particular para o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio”; e também
174uma medida de capacitação a ser detalhada prevendo o “desenvolvimento de
175cardápios de cláusulas modelos para eventual inclusão e acordo de transferência de
176material”. Além de todos esses pontos, foi ressaltado que o documento da decisão
177reflete a importância do engajamento de representantes das comunidades indígenas
178e locais na negociação. O Ministro colocou ainda que o MRE considera que esse
179ponto é uma conquista brasileira, porque o Brasil sempre defendeu que a criação de
180dispositivos prevendo a repartição de benefícios e condições de acesso específicas
181para recursos genéticos acessados através do conhecimento tradicional associado é
182uma das colunas vertebrais da negociação. Por fim, o Ministro Fernando Coimbra
183(MRE) destacou que o Brasil foi eleito, pelos 17 países megabiodiversos do mundo,
184presidente do grupo pelos próximos dois anos. Salientou, ainda, que o Brasil
185continuará a ter um papel de liderança nessa negociação e que é de extrema
186importância que a preparação interna abarque todos os setores envolvidos na
187discussão de acesso e repartição de benefícios representados neste Conselho,
188quais sejam: representantes de Governo, setor industrial, setor acadêmico,
189organizações não-governamentais, representantes das comunidades indígenas,
190quilombolas e locais. Informou, também, que o Itamaraty procurará ter um papel
191central nesse processo e que este Conselho poderá ajudar a promover as
192discussões sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios em
193âmbito nacional. A Sr^a. Maria Celeste Emerick (MMA) agradeceu o relato e abriu a
194palavra para dúvidas e comentários dos Conselheiros e Convidados. Sem
195solicitações de intervenção, a Presidente, antes de passar para o próximo ponto da
196pauta, que envolve a relatoria de processos, fez um apelo para que todos os
197Conselheiros ficassem a postos para relatar processos nas reuniões do CGEN.
198Informou que a Secretaria Executiva vem tentando fazer um rodízio, mas há

199Conselheiros que há muito tempo não relatam, o que dificulta o trabalho da
200Secretaria na busca por relatores. A Presidente seguiu com a pauta e passou a
201tratar do item 5 (antigo 4) Apresentação e Deliberação de Solicitação de Autorização
202de Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado para Pesquisa Científica: 5.1
203(antigo 4.1) Requerente: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS,
204Processo nº 02000.001484/2008-03, Relator: Fundação Cultural Palmares – FCP. O
205Conselheiro Maurício Reis (FCP), relator do processo, leu o seu relato e apresentou
206algumas características do projeto. O relator manifestou-se favoravelmente à
207aprovação da autorização de acesso ao conhecimento tradicional associado para
208fins de pesquisa científica e elogiou a celeridade no trâmite do processo pela
209Secretaria-Executiva. A Srª. Maria Celeste Emerick (MMA) agradeceu ao relator e
210ressaltou a importância de os projetos serem enviados com toda a documentação
211requerida pela legislação, o que possibilita que a Secretaria faça sua parte com a
212maior celeridade possível. Em seguida, abriu a palavra aos Conselheiros sem que
213houvesse manifestações. A solicitação de acesso ao conhecimento tradicional para
214fins de pesquisa científica foi colocada em votação e votaram favoravelmente à
215autorização de acesso os Conselheiros: Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto
216Lorena (MAPA), Maurício Reis (FCP), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD),
217Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), Cláudia de Mello (Ibama),
218Fernando Coimbra (MRE), Elisa Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José
219Paulo (MCT), Nadja Cunha (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e José Carlos (MDIC).
220Não houve nenhum voto contrário ou abstenção. A autorização foi aprovada com 15
221votos favoráveis. Em seguida, passou-se ao item 6 (antigo 5) Apresentação e
222Deliberação de Solicitação de Autorização de Acesso ao Patrimônio Genético e ao
223Conhecimento Tradicional Associado para Bioprospecção: 6.1 (antigo 5.1)
224Requerente: Universidade Federal do Amazonas – UFAM - Processo nº
22502000.004048/2006-16, Relator: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
226Embrapa. A Conselheira Maria José Sampaio (Embrapa) preparou sua relatoria por
227escrito e distribuiu para os demais Conselheiros e Convidados. A relatora resumiu o
228projeto de pesquisa e descreveu o atendimento das formalidades legais exigidas
229pela legislação vigente. A relatora achou pertinente comentar a qualidade dos
230detalhes apresentados no laudo antropológico e questionou o preço desse processo,
231ponderando se esse foi o motivo da demora do trâmite. Comentou que todos os

232 dados do processo estão muito claros e elogiou a qualidade da análise preparada
233 pela Secretaria Executiva, que também ajudou muito na relatoria do processo.
234 Manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto. A Srª Cristina Azevedo (DPG/
235 MMA) solicitou a palavra para responder que a demora na tramitação do processo
236 não foi apenas em decorrência do laudo, mas também devida a dois contratos e dois
237 termos de anuência prévia que foram negociados com a comunidade e assinados
238 com mais de um representante, devido a questões de posse da área. Com relação
239 ao valor do laudo, informou que a Secretaria não dispõe dessa informação, mas
240 mencionou que poderiam consultar o interessado, caso o Conselho assim entenda.
241 Novas considerações foram feitas por outros Conselheiros e a Srª. Maria José
242 Sampaio (Embrapa) solicitou que o Conselho discuta melhor questões relacionadas
243 ao momento de assinatura de contratos e as relações entre contratos e direitos de
244 propriedade intelectual. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) propôs que esse ponto
245 fosse incluído ao final da pauta e ressaltou que novamente a votação deste item
246 ocorreria em dois momentos. Primeiro, o Conselho votará a anuência aos dois
247 contratos apresentados e depois será votada a aprovação da solicitação de
248 autorização. Votaram favoravelmente à anuência aos dois CURBs os Conselheiros:
249 Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Maurício Reis (FCP),
250 Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste
251 Emerick (MMA), Cláudia de Mello (Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Elisa
252 Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT), Nadja Cunha
253 (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e José Carlos (MDIC). Não houve voto contrário ou
254 abstenção. A anuência foi aprovada com 15 votos favoráveis. Em seguida passou-se
255 à votação da aprovação da autorização de acesso ao patrimônio genético e ao
256 conhecimento tradicional associado para bioprospecção. Votaram favoravelmente os
257 Conselheiros: Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Maurício
258 Reis (FCP), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria
259 Celeste Emerick (MMA), Cláudia de Mello (Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Elisa
260 Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT), Nadja Cunha
261 (INPA), Giselle Guimarães (INPI) e José Carlos (MDIC). Não houve voto contrário ou
262 abstenção. A autorização foi aprovada com 15 votos favoráveis. Passou-se então
263 para o item 7 (antigo 6) Apresentação e Deliberação de Solicitações de Autorização
264 de Acesso ao Patrimônio Genético para Bioprospecção: (7.1, antigo 6.2)

265 Requerente: Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia –
266 IPEPATRO - Processo nº 02000.002759/2007-37, Relator: Ministério da Saúde –
267 MS. A Conselheira Janaína Silva (MS) apresentou o processo e ressaltou que a
268 solicitação do interessado é referente ao acesso a amostras provenientes de uma
269 área privada e de algumas áreas públicas, porém, explicou que a deliberação
270 somente será referente ao patrimônio genético proveniente da Floresta Nacional do
271 Jamari, uma vez que as outras áreas constantes da solicitação, por estarem em área
272 de fronteira, dependem de Termo de Anuência Prévia do Conselho de Defesa
273 Nacional. Ressaltou, ainda, que também há previsão de acesso a patrimônio
274 genético proveniente de banco de venenos animais da Universidade Federal do
275 Acre, mas que a realização desta parte do projeto depende de resultado de outros
276 projetos e, portanto, também será objeto de deliberação posterior. Observou que o
277 interessado encaminhou os documentos necessários em atendimento à legislação,
278 mas destacou que, ao discriminar o tipo de material a ser acessado e a
279 quantificação aproximada de amostras a serem obtidas, o interessado foi bem
280 generalista ao indicar o Reino *Plantae* como grupo taxonômico a ser pesquisado,
281 com a justificativa de que a indicação de grupos mais específicos depende dos
282 resultados do projeto. A relatora ainda esclareceu que, na presente solicitação, a
283 União deverá ser parte do contrato que se refere à Floresta Nacional do Jamari, em
284 Rondônia, que é de sua propriedade e manifestou formalmente sua concordância
285 com postergação da assinatura deste. A Conselheira Janaína Silva (MS) concluiu
286 dizendo que o Ministério da Saúde é favorável à postergação do CURB e à
287 autorização para a realização do projeto a partir de material biológico da Floresta
288 Nacional do Jamari e ressaltou que maior detalhamento taxonômico deve constar
289 dos relatórios de atividades a serem encaminhados anualmente. A Sr^a. Maria
290 Celeste Emerick (MMA) abriu a palavra aos conselheiros e a Sr^a. Elisa Cupolillo
291 (FIOCRUZ) notou que, no projeto, o interessado afirma não ter fins comerciais
292 imediatos, mas pretende utilizar os resultados em programas nacionais de controle
293 de doenças negligenciadas a curto ou médio prazo. A Sra. Janaína Silva (MS)
294 respondeu que há poucos estudos sobre as doenças negligenciadas, porque não há
295 interesse comercial, sendo necessário que o Ministério da Saúde fomente projetos
296 voltados para essas doenças. A Sra. Elisa Cupolillo (FIOCRUZ) argumentou que,
297 mesmo em se tratando de doenças negligenciadas, quando se gera um produto que

298vai ser utilizado em campo, ainda que comercializado para o Ministério da Saúde,
299ele já é um produto comercial. A Assessora Técnica Alessandra Silva (DPG/MMA)
300explicou que, inicialmente, a solicitação de autorização seria para as finalidades de
301bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, inclusive prevendo proteção de
302propriedade intelectual, porém o interessado esclareceu, ao longo da tramitação do
303processo, que o projeto trata de uma bioprospecção inicial, sendo realizada com
304grupo taxonômico bem amplo, e, portanto, declarou não existir perspectiva de uso
305comercial imediato, solicitando a postergação do CURB. O Sr. Manoel Soares (IEC)
306manifestou sua preocupação com relação a projetos muito amplos que deixam
307dúvidas quanto à finalidade da solicitação de autorização e que isso deveria ser
308mais discutido. A Srª Cristina Azevedo (DPG/MMA) reiterou que a instituição
309autorizada deverá encaminhar relatórios anuais sobre o andamento do projeto, nos
310quais informará os grupos taxonômicos específicos do Reino *Plantae* que estão
311sendo pesquisados, bem como se os resultados alcançados podem ou não levar a
312um produto. Ressaltou, ainda, que o processo não se encerra com a autorização,
313sendo acompanhado pelo Conselho por meio dos relatórios apresentados até o fim
314do projeto, só então ele é arquivado. Novas ponderações foram feitas pelos
315Conselheiros e, em seguida, a Presidente submeteu o processo à votação,
316lembrando que seriam duas votações, a primeira para deliberar sobre a postergação
317do CURB e a segunda para deliberar sobre a autorização da solicitação de acesso.
318Informou, também que o MMA estaria impedido de votar, pois a União é parte do
319CURB. Votaram favoravelmente à postergação do CURB: Maria José Sampaio
320(Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD),
321Janaína Silva (MS), Cláudia de Mello (Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Elisa
322Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT), Nadja Cunha
323(INPA) e Giselle Guimarães (INPI). Não houve voto contrário ou abstenção. A
324postergação do CURB foi aprovada com 12 votos favoráveis. Passou-se a votação
325da autorização de acesso. Votaram favoravelmente à autorização: Maria José
326Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Manoel Soares (IEC), Patrícia
327Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria Celeste Emerick (MMA), Cláudia de Mello
328(Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT),
329Nadja Cunha (INPA) e Giselle Guimarães (INPI). O Conselheiro Maurício Reis (FCP)
330absteve-se e a Conselheira Elisa Cupolillo (FIOCRUZ) votou contrariamente à

331autorização. A autorização foi aprovada com 12 votos favoráveis. A Presidente do
332Conselho anunciou a presença da Srª Muriel Saragoussi (DEX/MMA) para o relato
333sobre o Seminário Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade do item
3349 (antigo 7) e questionou os Conselheiros se, em deferência ao pronto atendimento
335da Srª Muriel ao convite da Secretaria Executiva, se esse item poderia ser
336antecipado para antes do item 8 (Apresentação e Deliberação de Propostas de
337Normas). Todos concordaram e passou-se para o item 9 (antigo 7) Relato sobre o
338Seminário Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade: Agregação de
339Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis, Relator: Secretaria de Extrativismo
340e Desenvolvimento Rural (SEDR) do Ministério do Meio Ambiente – MMA. A Srª
341Muriel Saragoussi (DEX/MMA) agradeceu o convite do CGEN e em seguida
342apresentou o Seminário Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade,
343ocorrido nos dias 15 a 18 de julho de 2008. Explicou que o processo foi feito e
344liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério do Meio
345Ambiente e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e teve uma parceria com
346vários outros Ministérios. Salientou que o Seminário foi uma etapa dentro do
347processo de elaboração do Plano Nacional para Promoção das Cadeias dos
348Produtos da Sociobiodiversidade e informou que houve sete seminários regionais,
349além de uma consulta com o empresariado que esteve pouco presente nos
350seminários regionais. Informou que, de todo esse trabalho, saiu uma série de
351diretrizes e que o objetivo geral do plano será desenvolver ações integradas para a
352promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.
353Explicou, ainda, que o plano tem uma série de objetivos específicos que foram
354detalhados ao longo de todo o processo, quais sejam: promoção da conservação,
355manejo e uso sustentável desses produtos; fortalecimento das cadeias; e
356fortalecimento da organização social e produtiva dos povos e comunidades
357tradicionais e da agricultura familiar. Ressaltou a necessidade de ampliar, fortalecer
358e articular os instrumentos econômicos necessários para as cadeias produtivas e as
359redes de conhecimento, integrando ações de pesquisa, assistência técnica e
360capacitação, que devem ser fortalecidas, assim como a articulação inter-
361institucional, intra-institucional e intersetorial. Citou, ainda, a necessidade de
362adequação do marco legal de modo a atender as especificidades desse tipo de
363produto. Afirmou ser muito importante que as instituições representantes no CGEN

364também participem dessas discussões, porque a partir das discussões e da
365implementação do Plano, aumentará o número de demandas que deverão ser
366geradas para o CGEN, no que tange a produtos ou processos oriundos de acesso.
367Ao final, ressaltou que a parceria entre o CGEN e o Plano será fundamental para
368que se possa rapidamente colocar esses produtos da biodiversidade brasileira no
369mercado nacional, regional, local ou internacional, com toda a legalidade e
370participação possíveis. A Presidente do Conselho agradeceu a presença da Srª
371Muriel e passou ao item 8 (novo item incluído na pauta) Apresentação e Deliberação
372de Propostas de Normas: (8.1) Retificação da Resolução nº 18 do CGEN, Relator:
373Secretaria Executiva do CGEN. A Coordenadora das Câmaras Temáticas, Srª.
374Camila Oliveira (DPG/MMA), apresentou um breve histórico do assunto e explicou
375que durante a 48ª Reunião da Câmara Temática de Procedimentos Administrativos
376(CTPRO) foi elaborada uma minuta de Resolução que modifica a Resolução n. 18,
377que estabelece critérios para depósito, uso e conservação de subamostras, de
378modo a corrigir uma inconsistência identificada pela Secretaria Executiva. Lembrou
379que, quando esta minuta de Resolução foi apresentada para deliberação do CGEN,
380em sua 59ª Reunião Ordinária, as representantes do INPA e da Embrapa sugeriram
381que a Resolução n. 18 deveria ser completamente revisada, especialmente a parte
382que trata do prazo de manutenção da subamostra. As representantes sugeriram que
383fosse convocada nova reunião da Câmara Temática para se discutir a Resolução n.
38418 por inteiro e que também fossem convidados curadores de Instituições Fieis
385Depositárias que já tenham recebido depósito de subamostra para subsidiar as
386discussões na Câmara. A Srª Camila Oliveira (DPG/MMA) informou que, após uma
387intensa discussão durante a 50ª CTPRO, os curadores concluíram que a Resolução
388n. 18, com as alterações propostas na 49ª CTPRO, atendia a seus anseios e então o
389grupo sugeriu que a minuta de Resolução que altera a Resolução n. 18 deveria
390voltar a ser apresentada ao CGEN tal qual foi apresentada na 59ª Reunião
391Ordinária. Em seguida, a Coordenadora leu a minuta de Resolução com as
392alterações propostas, e a Srª Maria Celeste Emerick (MMA) passou a palavra aos
393Conselheiros, que solicitaram o esclarecimento de algumas dúvidas. A Srª. Maria
394José Sampaio (Embrapa) questionou se a definição de subamostra foi discutida
395durante a CTPRO e a Srª. Camila Oliveira (DPG/MMA) respondeu que algumas
396colocações foram feitas sobre o que pode ser considerado uma subamostra, porém

397o conceito não foi discutido. A representante da Embrapa suscitou dúvidas quanto
398ao que exatamente deve ser depositado para o cumprimento da legislação e sugeriu
399uma continuação dessa discussão nas Câmaras Temáticas. A Srª Elisa Cupolillo
400(Fiocruz) mencionou que o assunto gera dúvidas para os usuários e os curadores
401das Instituições Fiéis Depositárias e concordou que a discussão sobre o conceito de
402subamostra deve continuar. A Srª Cristina Azevedo (DPG/MMA) reiterou a
403necessidade de uma revisão da Orientação Técnica n. 02, que define subamostra, e
404ressaltou que o conceito realmente merece um aprimoramento devido ao tempo e a
405experiência do Conselho com temas desse tipo. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA)
406agradeceu o encaminhamento do tema e colocou em votação a minuta de
407Resolução que altera a Resolução n. 18. Votaram favoravelmente à minuta de
408Resolução: Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Maurício Reis
409(FCP), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Janaína Silva (MS), Maria
410Celeste Emerick (MMA), Cláudia de Mello (Ibama), Fernando Coimbra (MRE), Elisa
411Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio Cardoso (JBRJ), José Paulo (MCT) e José Carlos
412(MDIC). Não houve voto contrário ou abstenção. A minuta de Resolução foi
413aprovada com 13 votos favoráveis. Passou-se para o item 10 (antigo 8) Informes
414gerais da Secretaria Executiva do CGEN: 10.1 (antigo 8.1) Consulta Pública sobre o
415Anteprojeto de Lei de Acesso e Repartição de Benefícios. A Presidente do Conselho
416informou que o processo de consolidação das respostas recebidas deve ser
417retomado em breve. Com relação à consulta presencial solicitada pelas
418comunidades, informou que a Comissão Mista formada por representantes das
419comunidades e povos tradicionais e do Governo deverá se reunir em breve, assim
420que se consiga garantir a presença de todos os representantes-chaves das
421comunidades. Ainda com relação ao APL, informou que a Secretaria Executiva
422organizou uma reunião da Câmara Temática para discutir o enquadramento do
423conceito de bioprospecção no âmbito da Medida Provisória e do APL, a fim de
424subsidiar a Casa Civil no aperfeiçoamento deste conceito. Lembrou, ainda, que a 59ª
425Reunião do CGEN deliberou pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) para
426estudar o conceito de derivados de recursos genéticos. A primeira reunião deste GT
427aconteceu no dia 24 de julho, com a presença de diversos especialistas, além dos
428conselheiros, e o resultado desta reunião foi enviado a todos os participantes e
429Conselheiros. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) passou, então, ao ponto 10.2

430(antigo 8.2) Proposta de Decreto de Regularização. Informou que a Secretaria
431Executiva do CGEN, alguns dias após a última reunião do Conselho, e conforme
432solicitado por este, encaminhou à Secretária Maria Cecília uma minuta de ofício
433circular a ser assinado pela Secretária Executiva do MMA e dirigido aos outros
434Secretários-Executivos. A Presidente do Conselho salientou que a Secretária-
435Executiva do MMA, Sr^a. Izabella Teixeira, entrou em contato diretamente com o Dr.
436Toffoli, Advogado-Geral da União, que se comprometeu a priorizar a análise desse
437assunto. A Sr^a Maria Celeste Emerick (MMA) comunicou, ainda, que no dia anterior
438à presente reunião, recebera a informação de que o parecer da AGU estava
439concluído, faltando apenas ser assinado pelo próprio Advogado-Geral da União. A
440Sr^a. Cristina Azevedo (DPG/MMA) sugeriu, nesse momento, que, dependendo do
441resultado do parecer, se o CGEN entender pertinente, poderá convocar uma reunião
442extraordinária para discutir o assunto. A Sr^a. Nadja Cunha (INPA) lembrou que foi
443deliberado na última reunião que deveria ser enviada uma carta, em nome do
444CGEN, mostrando a situação, com um histórico do problema e números com relação
445a pesquisas com bioprospecção e conhecimento tradicional sem autorizações.
446Enfatizou, ainda, a possibilidade de que os escalões superiores não tenham
447conhecimento da dimensão do problema. Sugeriu, então, que a carta fosse
448encaminhada de qualquer maneira, uma vez que o seu intuito não era só o de pedir
449posicionamento por parte da AGU, mas também informar das dificuldades que as
450instituições estão sofrendo em função de ilegalidade. A Sr^a Maria Celeste Emerick
451(MMA) informou que a Secretaria Executiva fez a sua parte ao encaminhar a minuta
452de correspondência, com o objetivo de facilitar o encaminhamento pela Secretária
453Executiva. A Sr^a. Nadja Cunha (INPA) questionou se uma deliberação do CGEN
454poderia ser modificada pela Secretaria Executiva/CGEN ou pela Secretária
455Executiva/MMA. A Assessora Jurídica Daniela Goulart (DGP/MMA) esclareceu que,
456juridicamente, o CGEN não tem o poder de determinar o que o Secretário-Executivo
457de um Ministério integrante fará, e que a decisão do CGEN teve, e só poderia ter
458tido, o intuito de recomendar à Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente
459que entrasse em contato com os demais Secretários Executivos. Uma vez recebida
460essa recomendação, a Secretária Executiva/MMA resolveu tentar uma primeira
461alternativa antes de se comunicar com os demais Secretários Executivos e, ao fazê-
462lo, conseguiu que a AGU agilizasse o parecer. A Sr^a. Nadja Cunha (INPA) sugeriu,

463então, que o Conselho deliberasse sobre a questão diretamente, não passando pela
464Secretaria Executiva do MMA. A Sr^a. Maria José Sampaio (Embrapa) sugeriu que se
465reunissem as informações úteis para a compreensão do problema, repassando-as
466aos Secretários Executivos, tendo em vista a falta de informação sobre a matéria de
467competência do Conselho no âmbito dos Ministérios. A Sr^a Maria Celeste Emerick
468(MMA) esclareceu que o Ministério do Meio Ambiente está envidando todos os
469esforços para atrair o novo Ministro e a nova Secretária Executiva para a agenda do
470Conselho e passar a real dimensão dos problemas enfrentados no âmbito deste. A
471Sr^a. Giselle Guimarães (INPI) ratificou a importância de o CGEN expor a gravidade e
472a urgência do problema aos Secretários Executivos dos Ministérios e à AGU, de
473preferência com números que demonstrem essa gravidade, como o número de
474processos sobrestados, por exemplo. A Sr^a. Nadja Cunha (INPA) sugeriu que não se
475mostre somente o número de processos sobrestados no CGEN, mas que se faça,
476também, uma pesquisa na Plataforma *Lattes* a fim de levantar grupos de pesquisas
477e pesquisadores que estão acessando com finalidade de bioprospecção e
478conhecimento tradicional associado. A Conselheira afirmou que este número é muito
479grande e demonstrará de fato o problema que o Brasil hoje enfrenta com relação à
480regularização das atividades de acesso. A Sr^a. Giselle Guimarães (INPI) enfatizou a
481preocupação do INPI com a figura do terceiro interessado, afirmando ser necessário
482encontrar uma solução legalmente viável para evitar que este venha a fazer
483questionamentos ao procedimento adotado. A Sr^a. Cristina Azevedo (DPG/MMA)
484lembrou que houve uma reunião dos Secretários Executivos dos Ministérios
485envolvidos com a Casa Civil, na qual a Secretaria Executiva/CGEN mostrou todos os
486dados sobre os pedidos de autorização que tramitavam à época e os que tinham
487sido sobrestados por deliberação do CGEN, de modo que os Secretários Executivos
488e a Casa Civil, nessa ocasião, efetivamente tomaram conhecimento da dimensão e
489da gravidade da situação. Em seguida, sugeriu novamente que se aguardasse o
490parecer da AGU, avaliando-se a necessidade de se convocar uma reunião
491extraordinária do Conselho. A Sr^a. Nadja Cunha (INPA) ratificou a sugestão de
492encaminhar o mais rápido possível uma carta a todos os Secretários Executivos
493afetos ao tema, com números, tais como foram falados anteriormente. Em seguida,
494mencionou um levantamento realizado por ela com a palavra bioprospecção na
495Plataforma *Lattes*, localizando 78 grupos de pesquisa em que estiveram envolvidas

4961.500 pessoas entre pesquisadores, técnicos e estudantes de pós-graduação.
497Enfatizou que esse número é subestimado, uma vez que muitas pessoas fazem
498bioprospecção e não usam a palavra bioprospecção no projeto, de onde concluiu
499que o número de sobrestamentos do CGEN é ínfimo, comparado a essa estimativa.
500Ressaltou, em seguida, que a transparência é muito importante neste momento,
501porque as instituições não estão preparadas para auxiliar seus superiores. Nesse
502sentido, afirmou ser imprescindível que a referida comunicação seja feita
503imediatamente a todos os Secretários Executivos. A Srª. Maria José Sampaio
504(Embrapa) reforçou a sugestão da Conselheira Nadja. O Sr. Roberto Lorena (MAPA)
505apoiou a iniciativa e recomendou que se elaborasse uma lista das informações que
506constariam desse documento e questionou sobre a possibilidade de se recorrer,
507pedir ou adicionar informações ao parecer da AGU, se for o caso. A Assessora
508Jurídica Daniela Goulart (DGP/MMA) esclareceu que, tendo sido o parecer
509elaborado pela AGU a pedido da Casa Civil, para subsidiar a elaboração do Decreto,
510convém esperar o parecer para decidir o que fazer em seguida. A Srª Maria Celeste
511Emerick (MMA) afirmou entender que a Casa Civil deverá dialogar com a AGU a
512este respeito e adotar as providências devidas quanto ao assunto. Em seguida,
513sugeriu que a discussão se dirigisse a um encaminhamento sobre a carta a ser
514enviada pela Secretaria Executiva/CGEN aos Secretários Executivos dos
515Ministérios, fundamentada com números e estatísticas. Solicitou aos Conselheiros e
516Convidados que contribuam com informações fundamentadas até a segunda-feira
517seguinte, para que a Secretaria Executiva possa preparar a minuta. Afirmou ter
518entendido, ainda, que a carta deveria ser enviada independentemente do conteúdo
519do parecer da AGU. A Srª. Nadja Cunha (INPA) questionou sobre a data para envio
520da carta. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) afirmou que a Secretaria Executiva
521elaborará uma minuta prévia, esperando contribuições sobre o conteúdo e
522estatísticas, a partir do momento em que essas contribuições chegarem, a carta
523poderá ser enviada no dia seguinte. O Sr. Roberto Lorena (MAPA) sugeriu o prazo
524de cinco úteis para a elaboração da carta e mais cinco dias para contribuições sobre
525esta. A partir daí, se não houver contestação, o texto considera-se aprovado e
526remetido. A Srª Maria Celeste Emerick (MMA) resumiu, então, o encaminhamento
527proposto nos seguintes termos: os Conselheiros e Convidados devem enviar suas
528contribuições até segunda-feira, dia 04/08. Na quinta-feira, dia 07/08, a Secretaria

529 Executiva/CGEN enviará a minuta aos Conselheiros, que terão cinco dias (até o dia
530 14/08), para comentários. A partir daí, a Secretaria Executiva consolidará a minuta
531 final em dois dias e a encaminhará aos Conselheiros e, simultaneamente, a todos os
532 Secretários Executivos de todos os Ministérios envolvidos, inclusive a Casa Civil. O
533 encaminhamento foi colocado em votação e votaram favoravelmente à proposta:
534 Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Maurício Reis (FCP),
535 Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Maria Celeste Emerick (MMA), Cláudia
536 de Mello (Ibama), Gustavo de Brito (MRE), Elisa Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio
537 Cardoso (JBRJ) e José Paulo (MCT), Nadja Cunha (INPA) e Giselle Guimarães
538 (INPI). Não houve voto contrário ou abstenção. O encaminhamento foi aprovado
539 com 13 votos favoráveis. Em seguida, a Presidente Maria Celeste Emerick (MMA)
540 solicitou que a Conselheira Maria José Sampaio (Embrapa) fizesse o
541 encaminhamento do novo ponto incluído na pauta, item 11 (novo item incluído na
542 pauta durante a reunião) Encaminhamento para CTRB de discussão sobre o
543 momento de celebração do CURB e expectativa criada junto aos provedores. A Sr^a.
544 Maria José Sampaio (Embrapa) sugeriu que a Secretaria Executiva fizesse uma
545 listagem de todos os processos com contratos que passaram pelo Conselho, de
546 modo a avaliar as condições propostas. Sugeriu, ainda, que fosse formado um
547 Grupo de Trabalho com o intuito de analisar a pertinência ou não de certos
548 conteúdos dos contratos. A Conselheira também levantou sua preocupação com a
549 divulgação de dados das pesquisas em relação ao retorno de benefícios, uma vez
550 que, com a publicação dos dados, tudo estará disponível para qualquer pessoa
551 continuar a pesquisa e a repartição de benefícios prevista nos contratos dificilmente
552 ocorrerá. Ressaltou seu receio de que as promessas feitas, via contratos, para
553 membros de comunidades nunca serão cumpridas. Propôs que este Conselho
554 discuta um pouco melhor os possíveis impactos de um processo e que não
555 simplesmente tenha o papel de aprová-los. Lembrou, ainda, o peso político do
556 Conselho neste País em relação a incentivos na direção do desenvolvimento dos
557 produtos. O Conselheiro Roberto Lorena (MAPA) concordou com a representante da
558 Embrapa e recomendou que as publicações deveriam apresentar uma advertência
559 de que aquele material decorre de uma autorização de pesquisa, além de mencionar
560 o marco legal. Sugeriu, ainda, que essa preocupação fosse levada aos órgãos de
561 fomento. A Sra. Elisa Cupolillo propôs que o assunto fosse levado à discussão de

562 uma Câmara Temática e expressou sua opinião de que o Conselho deve avaliar o
563 mérito científico dos projetos. A Sr^a. Cristina Azevedo (DPG/MMA) solicitou a palavra
564 para esclarecer que a Secretaria Executiva analisa os pedidos de autorização de
565 acesso quanto ao atendimento dos requisitos legais instituídos pelo Decreto n.
566 3.945/2001 e não faz análise de mérito científico, pois o que deve ser levado em
567 conta é o atendimento aos requisitos legais. Sugeriu que o assunto levantado pela
568 Conselheira da Embrapa fosse levado à Câmara Temática de Repartição de
569 Benefícios (CTRB), mas ressaltou que o ideal seria que essa discussão aguardasse
570 a finalização da discussão sobre o conceito de bioprospecção, que deverá ajudar
571 muito. A Sr^a. Nadja Cunha (INPA) solicitou que fosse feita uma avaliação dos
572 incentivos perversos que a legislação pode gerar, ou seja, dispositivos que
573 incentivam exatamente o contrário do que pretendiam, e propôs que a discussão
574 fosse menos focada no poder coercitivo e mais no poder de solução. A Presidente
575 do Conselho esclareceu o encaminhamento de que as discussões sobre conteúdo
576 de contratos e questões de patentes e sigilo necessitam ser mais aprofundadas na
577 Câmara Temática de Repartição de Benefícios e colocou o encaminhamento em
578 votação. Votaram favoravelmente ao encaminhamento do assunto para a CTRB:
579 Maria José Sampaio (Embrapa), Roberto Lorena (MAPA), Maurício Reis (FCP),
580 Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Maria Celeste Emerick (MMA), Cláudia
581 de Mello (Ibama), Gustavo de Brito (MRE), Elisa Cupolillo (FIOCRUZ), Sérgio
582 Cardoso (JBRJ) e José Paulo (MCT) e Giselle Guimarães (INPI). Não houve voto
583 contrário ou abstenção. O encaminhamento foi aprovado com 12 votos favoráveis.
584 Passou-se ao item 12 (antigo 9) Palavra aberta aos Conselheiros. **A SR^a. CRISTINA**
585 **AZEVEDO (MMA)** pediu a palavra para informar a todos que, a partir de 25 de
586 agosto próximo, estará reassumindo seu cargo junto à Secretaria de Estado do Meio
587 Ambiente de São Paulo. Lembrou que em 2002 foi convidada para constituir a
588 equipe técnica do Departamento do Patrimônio Genético, que tem subsidiado as
589 reuniões do Conselho desde então, em todas as reuniões ordinárias e
590 extraordinárias. Ressaltou que os elogios recebidos na reunião de hoje relativos à
591 instrução dos processos devem-se ao trabalho dos técnicos, que formam uma
592 equipe capacitada e eficiente. Elogiou, ainda, a Direção do Departamento do
593 Patrimônio Genético pelo reconhecimento que tem dado aos seus funcionários,
594 possibilitando que assumam cargos de confiança, como ocorreu com a coordenação

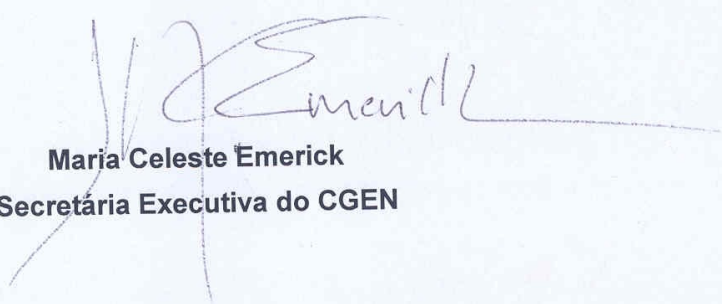
595 das Câmaras Temáticas, atualmente exercida pela analista ambiental Camila
596 Oliveira. Comentou, ainda, que a analista ambiental Carla Lemos tem sido a
597 coordenadora substituta da equipe técnica e tem toda a condição para ocupar
598 efetivamente esta coordenação. Por fim, agradeceu a todos pela oportunidade e
599 pela experiência. A Presidente do Conselho, A Srª Maria Celeste Emerick (MMA),
600 solicitou uma salva de palmas e ressaltou a capacidade, vivência e a experiência da
601 Srª. Cristina Azevedo (DPG/MMA). Lamentou sua decisão irrevogável e mencionou
602 que gostaria de fazer uma homenagem mais significativa. Mencionou que o País
603 agradece sua participação na implementação da legislação de acesso ao Patrimônio
604 Genético e que espera poder continuar contando com os préstimos e com toda a
605 capacidade e a experiência da Sra. Cristina Azevedo. O Sr. Roberto Lorena (MAPA)
606 desejou sorte à Srª. Cristina e recordou que foram muitos os anos em que
607 discutiram e debateram esse tema, 99% das vezes discordando, mas salientou que
608 hoje já chegaram a muitos consensos. . A Srª. Cristina Azevedo (DPG/MMA)
609 agradeceu e enfatizou ter aprendido muitíssimo com os aliados, mas muito mais
610 com os adversários. Nesse momento, o Sr. Roberto Lorena (MAPA) pediu
611 novamente a palavra para relatar uma passagem gravada em sua memória.
612 Lembrou da expressão assustada da Sra. Cristina e do Sr. Inácio, antigo
613 Coordenador das Câmaras Temáticas, quando os Conselheiros do MAPA
614 concordaram que variedades crioulas geram direitos relacionados a conhecimentos
615 tradicionais associados. Ressaltou, ainda, que, a partir das discussões com o DPG,
616 MAPA foi obrigado a entender, aprender e respeitar a titularidade do
617 conhecimento tradicional. Parabenizou a Srª. Cristina pelo conjunto da obra,
618 juntamente com toda a equipe do MMA e o Sr. Eduardo Vélez, o Sr. Capobianco, a
619 Srª. Daniela Goulart e agora a Srª. Maria Celeste Emerick. Parabenizou por todos
620 esses anos de trabalho, que fizeram com que a Esplanada dos Ministérios, em
621 particular o Ministério da Agricultura, entendesse que existe uma forma de
622 propriedade intelectual, que se chama *sui generis*, que hoje é reconhecida por eles e
623 que antes não era, e isso, graças ao trabalho dos membros do MMA. A Assessora
624 Técnica Carla Lemos (DPG/MMA) endossou a fala da Presidente do Conselho e
625 agradeceu, como parte da equipe técnica, que trabalha diretamente com a Srª.
626 Cristina, os ensinamentos passados a todos. Enfatizou o prazer que foi trabalhar
627 com ela e desejou boa sorte em seu novo trabalho. O Sr. Gustavo de Brito (MRE)

628deu um rápido testemunho sobre a importância da Srª. Cristina nas negociações
629internacionais das quais o Brasil participou sobre o assunto. Ressaltou que o
630Itamaraty e o Brasil devem muito ao seu trabalho. O Sr. Maurício Reis (FCP), em
631nome da Fundação Cultural Palmares, parabenizou a Srª. Cristina e também
632agradeceu a grande parceira durante todo esse tempo. A Srª Maria Celeste Emerick
633(MMA) agradeceu todos os comentários, comunicou que o boletim informativo
634estava à disposição de todos e encerrou a 60ª Reunião Ordinária.

635

636

637



Maria Celeste Emerick
Secretária Executiva do CGEN